

DEVER MILITAR

Major A. DE LYRA TAVARES

No momento de apreensões por que passa o nosso país, A DEFESA NACIONAL aconselha a leitura meditada deste excelente artigo.

O tema tem aspectos sutis e requer, antes de tudo, uma conceituação que bem o caracterize, porque o Dever Militar ainda foi objeto de uma definição precisa, nem legal nem literária. O sentido moral que o compreende, tende a imprimir-lhe traços personalísticos, porque é necessário, primeiro, bem compreendê-lo, e a compreensão resulta de uma formação educacional, que é variável. Para o soldado, entretanto, que tem como um sacerdócio, que se forma para cultuá-lo, que se educa nos seus princípios e que conforma o seu espírito aos seus preceitos e às suas imposições, o modo de compreendê-lo tem que ser um único, porque a sua sensibilidade de espírito é educada, especialmente, para isso.

Se há um Dever Militar é porque há um Dever especial, próprio e característico do militar, e só do militar. Não se o compreende, por isso, em quem não seja soldado. E esse dever dita regras especiais de conduta, cria qualidades e defeitos que só podem ser apreciados no soldado, e estabelece crimes que só ele pode cometer, porque tudo resulta de uma sensibilidade moral que lhe é própria, pela natureza da sua missão especial e grandiosa, pelo papel que a função militar desempenha, no quadro da Nação, investindo o homem de obrigações morais, que requerem uma educação e uma compreensão próprias. É o Dever Militar que dita os deveres dos militares, desdobrando-se em aspectos diferentes, morais, físicos e intelectuais, conforme as exigências da função militar, e não se limita, por isso, ao que é comum a todos os cidadãos, perante a Pátria. Não basta ao militar ser patriota nem servir à Pátria, como se exige de todos os cidadãos, nivelados indistintamente pelo tributo obrigatório de honrá-la e de engrandecê-la. Ao incorporar-se ao Exército, o homem, uma vez instruído e preparado por ele, passa a ser soldado e a aceitar um Dever que, só então, compreende e cultua. E pode, assim, na consciência perfeita de toda a sua magnitude, prestar um juramento que marca uma transformação essencial na sua persona-

lidade. A educação militar visa e promove, como primeira finalidade, essa transformação que, ao atingir a sua plena finalidade, vai obter a formação de uma consciência especial e de responsabilidades não assumidas pelo cidadão, fora da função militar. A partir daí, o seu espírito, a sua cultura, as suas tendências, a sua moral, que antes lhe fixaram traços livres à personalidade, vão subordinar-se a um sentido superior, que condiciona a sua conduta, fazendo-o um disciplinado, um bravo, um abnegado, pelo sacrifício de tudo, na hora em que o desempenho da função militar o reclamar à sua consciência. Ele reagirá contra tudo e contra si mesmo, porque a missão exige e deve ser cumprida. Ele se sentirá atuado e conduzido por forças superiores, mais morais do que humanas, porque a função militar o investirá de uma personalidade especial e ele não olhará a si mesmo, mas à sua Pátria, e tão sómente à sua Pátria deante de uma missão que lhe é dada, em nome dela.

Vê-se, assim, como o Dever Militar é imanente à função militar, e sub-entende virtudes especiais, próprias dessa função.

Ele é como que a Bíblia do soldado, dado que o culto da Pátria constitui, para ele, um sacerdócio.

PRINCÍPIOS EM QUE SE FUNDA

O Dever Militar assenta em princípios de ordem moral e social, próprios à função militar. O soldado é, sem dúvida, mais do que um simples cidadão, pois a função militar o investe de um papel especial, que decorre, por um lado, da natureza especial da sua condição de célula da Instituição Armada do país, e, por outro lado, da responsabilidade que assume, no convívio social, o cidadão investido da função de guardá-la e defendê-la, dentro do quadro legal em que se exercitam as suas atividades.

PRINCÍPIOS DE ORDEM MORAL

A mística da Pátria

Toda a magnitude do Dever Militar decorre do amor à Pátria, colocado acima de todas as forças do espírito. O culto das tradições, a educação cívica, o apego à família, as afinidades de sangue, de religião e de língua, o amor à terra natal, exercendo uma influência essencial na formação do espírito, cream, espontaneamente, no individuo, cuja formação moral não seja deturpada pela solicitação de forças negativas, o sentimento da Pátria. E esse sentimento, dominando-lhe as tendências egoísticas, vai influir na sua formação moral, elevando-o acima de si mesmo, e estabelecendo élos rígidos, de que resulta a coletividade nacional.

A sua receptividade sentimental fá-lo, então, um defensor natural daquilo tudo que passa a ser uma condição da sua vida, provocando reações e atitudes psicológicas muitas vezes superiores ao ser físico. Cria-se-lhe uma alma; empresta-se-lhe uma expressão moral mais aprimorada e mais altruista; dá-se-lhe uma compreensão e um sentido, dentro da obra coletiva. E ele passa a ver tudo isso, nas representações simbólicas que o exprimem, na Bandeira, no hino, nos heróis nacionais, e em tudo onde a idéia de Pátria transpareça, porque tudo isso o fará vibrar, e essas vibrações se traduzem como patriotismo.

A força moral

O que o Dever Militar impõe ao homem é, muitas vezes, superior às suas forças físicas, ou não depende só delas. A audácia, a coragem, a abnegação, o desprendimento e outras qualidades, por outro lado, constituindo virtudes essenciais ao desempenho do Dever Militar, emanam da força moral, e unicamente a força moral poderá crea-las. Falando sobre os rasgos de bravura, de coragem e de sacrifício, do soldado, o General Tanant assim conclue: "Para que ele possa possuir uma tal coragem e submeter-se a tais sacrifícios, é necessário uma força invencível que o anima.

Essa força será moral ou não existirá, porque é evidente que a disciplina puramente material não basta para produzi-la e conservá-la. Aliás, se fossemos analisar as dependências entre o Dever Militar e a Força Moral, iríamos enveredar por um assunto de esplanação longa e sugestiva, que as observações de todas as campanhas revelaram constituir um aspecto fundamental da eficiência dos exércitos nacionais. Não seria necessário lembrar que está exatamente aqui uma diferença característica entre o mercenário e o patriota. Para o primeiro, não seria possível admitir a existência de um Dever Militar, embora o mercenário tenha, também, *deveres de militar*.

São conceitos, aliás, que não devem ser confundidos. Os *deveres do militar* podem ter noções variáveis, podem ter princípios diferentes, pois correspondem a direitos, que se modificam no espaço e no tempo, conforme os característicos dos exércitos, os regimens e as mentalidades dos povos. No Brasil, os militares tem certos deveres; na Rússia, esses deveres são outros, necessariamente. Na Guerra da Espanha, defrontaram-se, nos mesmos teatros, soldados, nesse particular, diferentes. Eles não se compreenderiam, nos seus deveres, mas todos tinham determinados deveres.

Pelo contrário, o Dever Militar, que assenta no princípio moral, decorre do amor à Pátria, tem o mesmo conceito em todos os pontos, e, só ele pode justificar certos milagres, na luta do soldado patriota contra o homem, em si mesmo. De outra forma, não se teriam os heróis, em todos os tempos e em todos os pontos. E a compensação dos atos

de heroísmo não se exprime em cousas materiais. O soldado, para o qual existe o Dever Militar, nada mais quer do que, exatamente, o prêmio moral da consciência de o haver cumprido. Na própria Espanha, não se poderia esperar das legiões russas que lá foram defender uma teoria universalista, cujo ideal básico — se assim podemos chamá-lo —, é uma melhoria de condições de vida, é um anseio de ordem econômica, com as suas compensações imediatas, um episódio como o do Alcazar de Toledo, em que o soldado nacionalista mostrou, antes de tudo, o desapego completo, a renúncia total pelo que é material.

Para o homem materialista, existe o Dever Militar; e a filosofia sem Pátria poderá entender, de loucura, um gesto de heroísmo. Só a noção do Dever Militar justifica, exige e cria a sua compreensão. Só a força moral, em que ele se funda, pôde conduzir o soldado a atitudes muitas vezes superiores à sua condição humana.

Sentimento do dever.

Escreveu Vigny, ao discorrer sobre os aspectos fundamentais da profissão militar:

“A abnegação do guerreiro é uma cruz mais pesada que a do martir”.

E' necessário que o sacrifício seja a cousa mais bela do mundo, para que ele tenha tanta beleza em homens simples, que muitas vezes nem tem a noção do seu mérito. E' ele que faz surgir, nesta vida de tormentos e dissabores, como que por milagre, um caráter generoso, cujos traços são grandes e bons como os das medalhas antigas. A abnegação leva o sentimento do dever até às suas últimas consequências.

Realmente, o soldado não visa compensações, porque o caminho da ambição material não passa na porta do quartel. A sua consciência o mantém dentro de uma mesma linha inflexível, que é o caminho do dever, e desse caminho ele não se afasta. Nele há prémios unicamente morais, o conceito dos chefes e, finalmente, a glória, são os grandes bens materiais que visa a sua ambição. A conduta do soldado é traçada pelo sentimento do dever, e esse sentimento é a nota principal da sua personalidade. So ele o poderia enquadrar dentro de uma disciplina austera, em que não é o homem quem ordena, nem o homem quem obedece, mas um instinto educado na escola do dever, que constitue um verdadeiro catecismo. Tudo se faz e tudo se exige, em nome de um interesse superior, que a idéia da Pátria consubstancia. E todos o entendem assim. Não é para ilustrar-se a si mesmo, que o soldado estuda; não é para sacrificar a sua personalidade, que ele se submete a uma disciplina; não é para agradar que ele obedece, nem para desagradar que ele ordena, que ele exerce a sua autoridade. E' para cumprir o seu dever, que ele cultua e pratica todas essas virtudes. Sem o sentimento do dever, que assenta em bases puramente morais, as virtudes militares poderiam

ão ser compreendidas como virtudes, mas como um atentado à personalidade. As bases do Dever Militar estariam, então, ameaçadas. Eis porque o trabalho silencioso das ideologias anti-patrióticas investem sobre ele, na sua ação demolidora.

exemplo.

A idéia de Pátria implica a idéia de tradição. A obra de um século precisa estar ligada a de muitos séculos, e o trabalho de uma geração a de muitas gerações, para que a sua construção seja cada vez mais sólida e se afirme, através dos tempos. É mais no passado que a Pátria se alicerça, pelo que setorna preciso recordá-lo. O esforço feito orienta e estimula o esforço a fazer, e a Pátria deve ser eterna e intangível. O exemplo dos antepassados sugestiona os homens, e a história das guerras constitui o repositório dos feitos em que o soldado de hoje vai inspirar-se, para a sua conduta.

Dá a grande influencia do estudo da História Militar, na formação do soldado. É através das suas narrações que ele passa a conhecer, admirar, compreender e imitar os homens e os gestos tidos como paradigmas. Os heróis são para o Dever Militar o que os santos são para as outras religiões. Constituem sínteses das suas virtudes fundamentais e símbolos a cultivar. E a união patriótica com que contempla, no quartel, a efígie de Caxias é, de certa forma, semelhante à união religiosa com que se olham, na igreja, as imagens dos santos.

Por outro lado, os laços morais de dependência entre os chefes e subordinados, mantêm-me, principalmente, pelo exemplo, pois não basta criar a mística do Dever Militar, recordando atitudes dos que já morreram.

Impõe-se imitá-las, primeiro, para depois exigir que elas sejam imitadas. E a educação militar, pelo exemplo, é como que um fogo constante que alimenta a mística do Dever Militar, ligando, entre si, homens de épocas diferentes, dentro de uma mesma formação moral, dos mesmos anseios, dos mesmos propósitos e das mesmas virtudes.

Princípios de ordem social.

A idéia de Pátria não se materializa, e só se a compreende através de uma formação moral especial. Mas, a da família e a da sociedade, nascem com homem, pois uma é instintiva e a outra é imposta pela vida. Dentro do convívio social, em que nasceu e se edocou, o homem adquire hábitos, cultiva certas tradições e compreende certos deveres, decorrentes do bem coletivo, pelo qual é interessado. O papel do soldado, como responsável pela ordem social, é compreendido e admirado, e o investe de uma função essencial à vida coletiva. Essa vida se apega a noções diversas e essenciais, que geram deveres, e aí pode-

riamos grupar o amor à família, à terra, aos costumes, etc... Tudo que atenta contra esses bens coletivos, exige o sacrifício coletivo, que domina o egoísmo.

E' assim que se explica, por outro lado, o aspecto social característico da função militar. O soldado é parte responsável na tarefa de defender esses bens, e o Dever Militar, como decorrência disso, tem, para ele, um aspecto social característico.

Em tempo de paz, o Exército também existe e também desempenha um papel social sobre o qual muito se teria a dizer, sendo que a magnitude desse papel cria, para o soldado, uma função peculiar. Essa função lhe dá, não só prerrogativas de autoridade, como uma condição especial que decorre da sua responsabilidade na ordem e na disciplina sociais.

Quando há uma alteração na ordem pública, quando alguém investe contra os preceitos da disciplina social, a presença do militar infunde confiança e o investe de uma personalidade bem diferente da do homem, visto em si mesmo. E' que o Dever Militar lhe impõe, então, uma conduta necessária, e todos contam com ela. O soldado o compreende e sente, e, nessa hora, ele deixa de ser um simples cidadão, em face do papel social que decorre do seu dever militar.

Movel que o impele a cumprir.

Qual será o movel que impele ao cumprimento do Dever Militar, uma vez que ele tem aspectos tão árduos e exige tantos sacrifícios ?

De um modo geral, é a consciência do dever, qualquer-que seja ele, que leva o homem a cumprí-lo, e como o Dever Militar é um dever especial, é lógico que deve existir no soldado uma consciência especial. E ela existirá ? — Já vimos que sim. Já vimos, mesmo, que, sem essa consciência, não seria possível a compreensão do Dever Militar. Em face dele, o homem se transfigura. Ele sofre a influência de várias forças estranhas a quem não é soldado. Comenta o General Tanant, que o homem, nesse momento, desaparece, deante do soldado, o que quer dizer que ele se reveste de uma nova personalidade. Em face do perigo, a ação do medo, dos fatores psicológicos negativos, da fraqueza física, do egoísmo e do apego a vida, sofre a dominação dessa nova personalidade, e o perigo perde a sua importância, deante de uma missão, que para o soldado tem qualquer cousa de sagrada. A covardia seria, para ele, um pecado mortal, pois a sua alma não subsistiria ao seu domínio. O Código Penal Militar vê nela a figura de um crime capital, como o vê na traição, na falta de resistência ao inimigo, etc... Para o cidadão, a covardia já não seria um crime, mas uma fraqueza moral ou uma doença psíquica, sem repercussão essencial no interesse coletivo. Então, é porque domina o espírito do soldado uma noção de Moral característica. Ele a compreende e a respeita. De outra fôrma, não se explicariam os seus gestos de abnegação, de heroísmo, de audácia, etc. Essa

mesma noção, que é fruto, sem dúvida, de uma formação e de uma educação especiais, condiciona a sua conduta e o impelle ao cumprimento do Dever Militar. Dela deriva a disciplina que dirige a sua inteligência, que transfigura o chefe num representante da Pátria. Dela decorre o desprendimento, que dá à própria vida, uma significação secundária, deante do perigo; dela emana a força de vontade, que refreia as tendências humanas, transformando o homem em uma espécie de sacerdote. Ela cria a energia moral que tudo domina e sacrifica, quando a missão o exige.

Quando a defesa da Colonia de Dourados dependeu, no momento histórico inesquecível, apenas da atitude de Antonio João, ele deixou de ser o simples tenente do Regimento de Bela Vista, para transfigurar-se num herói, e a sua alma de soldado, grandiosa e sublime, transformou-o num símbolo nacional. O exemplo contagiou a guarnição toda. O espectro da morte lhe apareceu, de relance, não para intimidá-lo, mas, ao contrário, para inspirar a frase histórica, que é hoje uma legenda. Essa frase é menos do tenente Antônio João do que do Dever Militar que o seu gesto heróico e imortal consubstanciou.

Quando se receiou, na luta com o Paraguai, que o partido liberal, então no poder, pudesse obter de um "conservador" extremado, a sua colaboração na defesa da causa do Brasil, Caxias, logo que solicitado, redarguiu: "A minha espada não tem partido". Era a voz do Dever Militar que falava por ele.

Foi o Dever Militar que arrojou os nossos soldados sobre a ponte de Itororó e que lhes deu ânimo e forças na epopéia de Laguna.

E assim, a História nos mostra, a todo passo, como esse Dever, que constitui a mística do soldado, supera nele as condições humanas, e o conduz a atitudes, às vezes, legendárias.

Quaisquer que sejam os aspectos por que ele se apresente, o soldado o compreende e é induzido a cumpri-lo. E o movel que o impele a fazê-lo é tudo isso que vimos; é a sua conformação moral apurada e própria; é a educação em que o seu caráter se forja; é o sentido e a compreensão que ele tem da sua missão grandiosa; são as virtudes que ele cultivou e praticou. Tudo isso se resume e se reflete na sua consciência militar, porque é, na verdade, essa consciência, — síntese moral do soldado — o movel que o impele ao cumprimento do Dever Militar.

Importância moral do Dever Militar.

Agora, que o definimos e o conceituamos, tanto quanto é possível fazê-lo numa apreciação pessoal e sumária, a propósito de um tema tão complexo e tão difícil de objetivar-se numa figura literária, já podemos estimar a importância moral do Dever Militar.

Nenhum método mais positivo para apreciá-la do que o de imaginar a sua inexistência. Experimentemos fazê-lo. Poderíamos admitir

um Exército Nacional sem esse fundamento moral imprescindível? A disciplina, que é a condição essencial da sua organização, seria assegurada nas horas críticas que põem em cheques as qualidades e os defeitos naturais do homem? Seria possível contar-se com ele, para tudo e deante de tudo, se o abandonássemos a influência exclusiva das solicitações de ordem material? Poderíamos contar com o espírito de renúncia, que é essencial ao desempenho da função militar, se ele fosse comandado por forças insuperáveis?

E' claro que não. Seria impossível compreender um Exército sem essa disciplina peculiar, porque ela constitue um característico moral da Instituição Armada. E sem o Dever Militar, essa disciplina, certamente, não poderia existir ou subsistir.

Assim sendo, a organização nacional, dentro de fronteiras históricas, vigiadas e respeitadas, e, sobretudo, o conceito de soberânia Nacional, teriam, automaticamente, perecido. E a idéia mestra em que se fundam as nacionalidades, em que se alicerçam o caráter coletivo e a vida moral dos povos, de forma alguma poderia existir. Não há religião sem Dever, e a Pátria é, para o homem, o motivo moral da única religião comum a todos os homens.

Todos participam dos perigos que a ameaçam, e, nessa hora, todos se transformam em soldados, porque é ao soldado que cumpre velar pela sua existência. O Dever patriótico, de aspectos amplos e diversos, dentro do qual a todos cabe uma parte de colaboração da obra nacional, fecha-se, nessa hora, dentro de um conceito mais limitado, traduz-se no instinto de defesa nacional, congrega todas as forças espirituais e morais de todos os cidadãos, apurando-as, fortalecendo-as, concentrando-as, com uma expressão mais restrita, porém mais forte, capaz de produzir milagres. A importância moral do Dever Militar, é, então, imensurável, porque a existência da Pátria passa a repousar diretamente nesse Dever.

Todos os adeptos da Pátria, isto é, todos os cidadãos, transformam-se em soldados, como os adeptos de uma outra Religião o fizeram, outróra, na arremetida história, discutida e célebre das "Cruzadas". A mística da Pátria é, também, uma Religião, e, assim entendida, o Dever Militar se reveste do caráter de fundamento moral do catecismo cívico, que é a sua Bíblia. Só ele poderia salvar a Pátria, fazendo-a atravessar intangível, imortal e soberana, as cruzadas cívicas das guerras.

O Dever Militar, mais do que qualquer outro Dever, só pode caber numa organização moral aprimorada, sem a qual não seriam possíveis as virtudes morais que ele integra nem os sacrifícios que ele exige, nem os milagres que ele realiza, subjugando a própria natureza humana.

Afirma Laffite que "a noção do dever varia com a elevação dos nossos sentimentos que o inspiram, da nossa inteligência, que o esclarece e do nosso caráter, que o realiza. Ele varia, também, com a situação do indivíduo na sociedade". E conclue: "O homem tem tanto mais deveres quanto mais aprimora o seu senso moral".

O Dever Militar, ao contrário de constituir um contrangimento imposto, assenta numa condição moral espontânea, que antecede, como frisou Tarde, à noção do direito. "Não há dever onde não se depara perfeita conciliação entre a obrigação e a liberdade, entre o concurso e a independência. Se a independência se esmaga, se sofre violência a liberdade, o concurso se chama degradação; a obrigação, despotismo. Quanto mais se afirma nossa elevação moral, tanto mais nos sentimos dominados pela sociedade". E é então que se compreende como os deveres crescem proporcionalmente à elevação moral.

O Dever Militar representa, por isso, a consequência de um extremado aperfeiçoamento moral, sem o qual não seria possível compreendê-lo. Ninguém o imporá a força nem o aceitará sob ameaça, e ele só passou a existir quando o espírito humano e quando a moral humana, aprimorados através das etapas sucessivas da civilização, libertaram-se da noção individualista primitiva, sublimando-se e fundindo-se num ideal superior de onde nasceu a instituição da Pátria.

Ao lado desse ideal, nasceu o da liberdade. O soldado passou a confundir-se com o cidadão, para a Defesa da Pátria e da Liberdade. Foi assim que chegamos à Instituição Militar de hoje. O Exército passou a repousar na formação moral do soldado, sem a qual a liberdade, que a civilização conquistou, teria que degenerar na anarquia que ela extinguiu, e a coletividade deixaria de ser dirigida por um ideal. O homem livre é o que compreende e aceita, sem imposições nem contrangimentos, o seu dever social e o seu Dever Militar, pois esses deveres são espontâneos nos seres moralmente aperfeiçoados. O Dever Militar não se lhes impõe pela força. Ele se lhes inspira pela educação e cultivo das suas qualidades morais. E' a formação moral do soldado que cria o Dever Militar, que o faz compreendê-lo e cumprí-lo.

Foi isso que Osório sentiu e proclamou na frase histórica de Tuiuti: "*E' muito facil comandar homens livres: basta apontar-lhes o caminho do Dever*".

